



FreeImages.com/David Dallaqua

Olimpíada e Orçamento

Quem paga a conta dos Jogos?

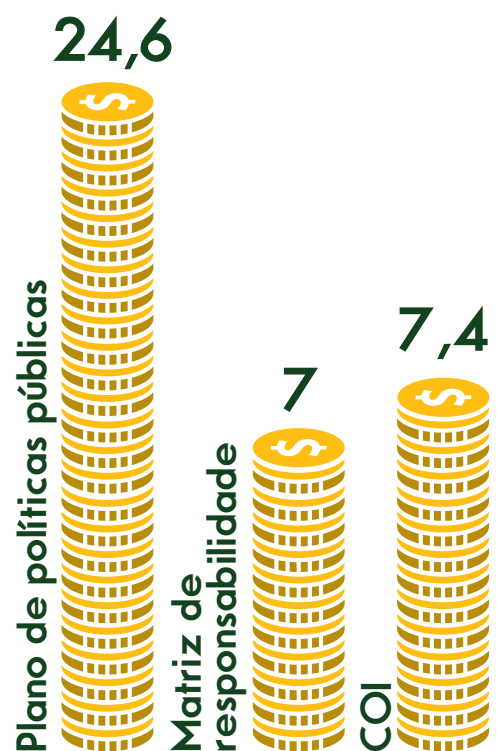
A Olimpíada de 2016 encerra uma década de megaeventos no Rio de Janeiro, e foi prometida como o momento de celebrar o esporte e a união dos povos, em uma cidade transformada, uma cidade “olímpica”. Contudo, a realidade se mostra mais dura do que as imagens de televisão e do marketing oficial fazem crer. A transformação do esporte em negócio e a forma como o poder público direciona os recursos têm transformado o Rio em cenário de constantes violações de direitos, acentuando um projeto de cidade desigual e excludente.

Esta edição do Rio de Gastos pretende atualizar de forma direta o orçamento da Olimpíada, desvendar dados e discursos oficiais e explicitar alguns dos principais beneficiados pela realização dos “Jogos Obscuros”¹, assim chamados devido à falta de transparência.

O prefeito Eduardo Paes têm repetidamente dito que a maior parte dos gastos olímpicos é feita pela iniciativa privada. Trata-se de uma falácia. Na contramão desse discurso, procuramos contribuir com o debate público sobre o financiamento dos Jogos, ainda mais importante nesta conjuntura de ajuste fiscal, que tem acentuado cortes orçamentários nas áreas sociais.

Entenda as cifras

Serão gastos, no total, R\$39,07 bilhões, divididos em três componentes [ver gráfico]. O plano de políticas públicas inclui obras das três esferas de poder; a matriz de responsabilidade soma os gastos com equipamentos considerados exclusivamente ligados à realização do evento.

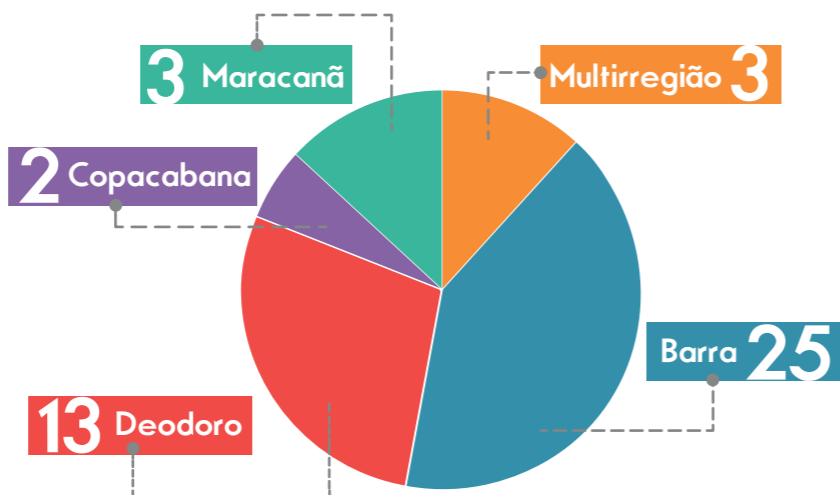


Fonte: Matriz de Responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

Mais dinheiro para as regiões onde moram os mais ricos

Grande parte do orçamento olímpico tem relação com um projeto de reestruturação da cidade, que não está necessariamente vinculado à Olimpíada, mas é por ela legitimado e intensificado. Ao chamar o “Plano de Políticas Públicas” de “Plano de Legado”, a Prefeitura tenta melhorar a opinião pública sobre os Jogos, incluindo obras que fazem parte da política municipal – como Porto Maravilha e obras de saneamento – como parte do legado olímpico. Na Olimpíada, os organizadores optaram por alocar a maior parte dos gastos em um “plano de legados”, antecipando-se a críticas similares feitas durante a Copa.

Projetos da matriz por região do Rio: mais dinheiro nas áreas mais ricas da cidade



A conta aumentou: orçamento inicial x orçamento atual

No dossiê de candidatura de 2008 o valor estimado dos Jogos era de R\$28,8 bilhões. Com a mais recente atualização da Matriz de Responsabilidade, em janeiro de 2016, este valor passou para R\$39,07 bilhões nos dados oficiais, superando em quase R\$14 bilhões o custo da Copa do Mundo de 2014 e chegando a quase dez vezes os R\$3,7 bilhões gastos com o Panamericano de 2007.

Na versão atual da Matriz, houve um aumento da participação do poder público de 36%, em agosto de 2015, para 40,1%. Isso fez com que o total de gasto público no orçamento agregado da Olimpíada fosse para 43,04%. Esse montante, no entanto, pode ser ainda maior, como veremos na seção seguinte.

Orçamento dos Jogos segundo dados oficiais do Governo (R\$ bilhões)

| Orçamento | Setor Público | Setor Privado | Total |
|------------------------------------|---------------|---------------|-------|
| Matriz de Responsabilidade | 2,84 | 4,24 | 7,08 |
| Comitê Organizador | 0 | 7,40 | 7,40 |
| Plano de políticas Públicas | 13,96 | 10,62 | 24,60 |
| Total segundo o Governo | 16,87 | 22,26 | 39,07 |
| % segundo o governo | 43,04 | 56,96 | 100 |

Fonte: www.rio2016.com/logo-aberto/orcamento e http://www.apo.gov.br/

O que esconde o discurso oficial?

O prefeito Eduardo Paes costuma repetir que as obras da Olimpíada serão entregues no prazo, que não existirão “elefantes brancos”, nem aumento no custo das obras, como ocorreu na Copa do Mundo. O prefeito busca exaltar, sempre que possível, a participação da iniciativa privada, oficialmente maior que a do setor público.

Dizer que os recursos da iniciativa privada prevaleceriam frente aos gastos públicos é uma estratégia para tentar tirar dos Jogos seu caráter político. Mesmo que todo o investimento da Olimpíada viesse da iniciativa privada, sua realização é de interesse público. Afinal de contas, os recursos e projetos envolvidos na preparação da cidade interferem na vida de todos e estão modificando a dinâmica da vida no Rio de Janeiro.

A análise crítica dos dados oficiais levanta uma série de questões controversas. A primeira delas se refere à própria forma de apresentação do orçamento olímpico. Os gastos do Comitê Organizador, por serem exclusivamente privados, não permitem qualquer controle público.

Ao mesmo tempo em que esse tipo de gasto é incluído no orçamento oficial, vemos excluídas as isenções fiscais que beneficiam as entidades promotoras dos megaeventos esportivos. As isenções fiscais são concedidas pelos três entes federativos², porém só foi possível encontrar informação da estimativa do Governo



Falta transparência e participação popular no orçamento dos Jogos. A Lei de Acesso à Informação (Nº 12.527/2011.) é constantemente desrespeitada e são raros os espaços de participação popular nos projetos ligados a preparação destes e nos espaços existentes, como audiências públicas, frequentemente são utilizadas manobras que inviabilizam a participação dos/as cidadãos/as.

Federal, no valor de R\$ 3 bilhões³.

Além de isenções e renúncias fiscais, não são contabilizados gastos com arquibancadas temporárias, móveis para a Vila Olímpica, custeio de órgãos criados para os Jogos e, até mesmo, com as indenizações paga a moradores removidos. Estes gastos omissos totalizam R\$ 409 milhões e por duas vezes foram excluídos da Matriz de Responsabilidade⁴.

A terceira omissão acontece na apresentação das duas maiores Parcerias Público-Privadas do Brasil: projeto Porto Maravilha e construção do Parque Olímpico. Nos dados oficiais, não aparecem as contraprestações públicas obrigadas por contrato e, no caso do Parque Olímpico,

não é monetizado o valor do terreno cedido, de 1,18 milhões de m².

As Parcerias Público-Privadas representam gigantesca transferência de capitais para alguns dos maiores grupos privados da construção civil e de finanças. Como o investimento em PPP não é contabilizado como despesa pública, torna-se uma estratégia eficaz de ‘desorçamentação’ do investimento público, endividando o Estado ao transferir para o futuro a despesa de investimento presente. São constantes as renegociações dos contratos e exigências de reequilíbrio financeiro, fazendo com que o Estado assuma riscos comerciais e financeiros que deveriam ser do parceiro privado.

Quem está ganhando o ouro?

O Estado brasileiro, em seus três níveis, é o verdadeiro promotor dos Jogos Olímpicos. Todos nós pagamos a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Isto se torna ainda mais grave quando consideramos o contexto atual de ajuste fiscal e cortes em áreas sociais, que tem prejudicado direitos como a saúde e a educação em prol da manutenção de gastos olímpicos.



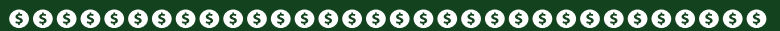
Como vimos, o discurso oficial segundo o qual o gasto privado supera o gasto público só se sustenta quando são omitidas as isenções e renúncias fiscais; os investimentos públicos não contabilizados vinculados ao evento e as contraprestações públicas, tanto monetárias como dos terrenos cedidos, vinculadas às PPPs do Porto Maravilha e do Parque Olímpico.

Uma análise crítica das informações oficiais mostra que há, na verdade, mais gastos públicos do que privados e uma transferência do setor público para o privado. Nesse processo, há o privilégio de um grupo seleto de grandes empreiteiras, presentes na maioria dos contratos de licitações das megaobras vinculadas à Olimpíada no Rio, como mostra o último Dossiê do Comitê Popular da Copa e da Olimpíada, de 2015.

R\$150
milhões



é o total da verba licitada para propaganda pela Prefeitura do Rio



Analisando as licitações de grandes empreendimentos, a pesquisa “Donos do Rio – Quem são os proprietários do Brasil?” sugere que existem, inclusive, indícios de formação de cartel na associação entre as empreiteiras em licitações. Investigações promovidas pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Lava Jato, aumentaram essas suspeitas. Obras realizadas para a Copa do Mundo estão sendo investigadas, como a suspeita de superfaturamento da Arena Pernambuco, e projetos olímpicos também começam a ser investigados.

Portanto, os megaeventos não alteraram os atores político-

econômicos capazes de mobilizar o fundo público. Em grande parte, a expansão do setor da construção civil foi conseguida através da transferência de recursos públicos, tanto pela execução dos projetos como, agora, com a difusão das Parcerias Público-Privadas.

Neste contexto, cabe destacar, existem diversas resistências. Muitas delas se encontram dispersas, mas não se pode ignorar a possibilidade de união das agendas, materializada na disputa por uma cidade e um país menos desigual socioeconomicamente e mais democrático.

Dê sua opinião:



fb.com/PACSIstituto



@InstitutoPacs



pacs@pacs.org.br

1- Ver mais em: <http://goo.gl/RWYtb0>; 2- Por exemplo, a lei municipal nº 5.230/2010 - que dispõe sobre incentivos e benefícios fiscais relacionados com a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - garante isenções de pagamento de IPTU, ITBI, bem como perdão de dívidas e redução da alíquota do ISS durante a construção de Hotéis-residências localizados na área do Porto Maravilha e demais hotéis, pousadas, resorts e albergues em serviços relacionados a esses megaeventos; 3- <http://goo.gl/t8M6qo>; 4- Para saber mais: <http://goo.gl/X3dPp2>;

Expediente Boletim Rio de Gastos

Textos: Júlia Bustamante e Caio Lima. Edição e revisão: Iara Moura, Sandra Quintela e Thiago Mendes. Projeto Gráfico: Mardônio Andrade. Apoio: Fundação Heinrich Böll, DKA Áustria.



Todas as fotos, textos e publicações do Pacs estão sob licença Creative Commons. Todo o material pode ser reproduzido em qualquer meio, sem a necessidade de autorização prévia, desde que citado o Instituto como fonte.

www.pacs.org.br

+55 (21) 2210.2124

R. Evaristo da Veiga, 47/702

Rio de Janeiro / Brasil

